

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL N ° 315**

Período: 22/11/2008 a 28/11/2008

**GEDES - Brasil**

- 1- Ministério da Defesa nega que tenha invadido Paraguai durante exercício militar
- 2- Especialistas opinam sobre a Lei de Anistia
- 3- Forças Armadas serão responsáveis por segurança de autoridades internacionais
- 4- Governo brasileiro compra helicópteros da Rússia
- 5- Conflitos no Araguaia voltam a ser debatidos
- 6- 7- Plano estratégico deve favorecer reaparelhamento das Forças Armadas e aumento da exportação da indústria nacional
- 7- Militares negam tortura contra índios
- 8- FAB ajuda no socorro às vítimas de temporal em Santa Catarina
- 9- Centro de Lançamento da Agência Espacial Brasileira pode ser transferido de Alcântara
- 10- Equador mantém compra de Super Tucanos após crise diplomática

1- Ministério da Defesa nega que tenha invadido Paraguai durante exercício militar

Em resposta a um comunicado público do governo do Paraguai, no qual acusava o Brasil de "prática e atitude recorrente de confrontação e provocação", tema de resumo do Informe Brasil 314, o ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, em nota oficial emitida no dia 21/11/08, negou que militares brasileiros teriam violado o território paraguaio no dia 19/11/08, quando participavam de exercício de controle fronteiriço no estado do Mato Grosso do Sul, segundo informações da *Folha de S. Paulo*. De acordo com o jornal, a Defesa brasileira não concorda com a acusação paraguaia de ter invadido suas fronteiras, e justifica que esse incidente se deve a uma falha do país vizinho e a problemas de identificação da fronteira. (*Folha de S. Paulo – Brasil - 22/11/08*).

2- Especialistas opinam sobre a Lei de Anistia

Em coluna opinativa ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o filósofo Denis Lerrer Rosenfield, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), afirmou que a discussão acerca da Lei de Anistia é uma questão de resgate histórico da vida política do país. Para Rosenfield, existe no Brasil um agrupamento político que reivindica para si o papel de "resistência" à "ditadura militar", quando na verdade lutavam por uma "ditadura do proletariado" tendo como objetivo impor o totalitarismo comunista pela força das armas. O professor da UFRGS sustenta que estes grupos que diziam pertencer à resistência e hoje lutam para conseguir indenizações por seus atos, o que, para o filósofo, é uma "falsificação histórica", pois estão pleiteando uma "bolsa-ditadura", regime pelo qual alguns de seus companheiros perderam a vida lutando contra e defendendo seus ideais. Rosenfield afirma que o contribuinte

brasileiro está pagando por uma das “maiores empulhações” da história brasileira. Os revolucionários estariam perdendo toda a credibilidade e moralidade por irem contra os argumentos que diziam representar. Em vez de procurar a validade moral da causa defendida, procuram extrair proveitos do Estado brasileiro. Denis Rosenfield termina sua coluna afirmando que o verdadeiro resgate da memória política do país é a abertura dos documentos e arquivos do período da ditadura, para que possamos aprender com os erros cometidos e conhecer mais intimamente os personagens envolvidos no período e assim confrontar os fatos. O filósofo ainda aponta para o fato de que antes e durante o período em que a tortura foi aplicada, outros crimes igualmente brutais foram cometidos, como assassinatos, assaltos e seqüestros, feitos por grupos e pessoas que hoje, em nome de seus atos, usufruem da “bolsa ditadura”. Por sua vez, o professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Listzt Vieira, escreveu para o *Jornal do Brasil* um editorial defendendo os direitos das pessoas que foram torturadas durante a ditadura militar. Para Listzt, o Brasil vive uma disputa política, no que diz respeito à Lei de Anistia, de um lado estão o secretário de Direito Humanos, Paulo Vannuchi, e os ministros da Justiça e da Casa Civil, Tarso Genro e Dilma Rousseff. De outro estão o ministro José Antonio Toffoli, da Advocacia Geral da União (AGU) e o ministro da Defesa, Nelson Jobim. Para o professor, os interesses políticos de certos setores do governo se chocam com a doutrina política e a jurisprudência internacional que não se cansam de afirmar que crimes de tortura não são crimes políticos, e assim sendo não podem ser inclusos na Lei de Anistia e não havendo dúvida de que a tortura é um crime contra a humanidade, é imprescritível. A Lei de Anistia concede perdão aos crimes políticos e nenhuma lei no Brasil estendeu a anistia para crimes de tortura. Listzt defende que a punição para os membros do governo militar que cometeram torturas é “uma medida necessária para que possamos impedir que tais fatos voltem a se reproduzir”. Também declara que a Lei de Anistia não pode ser considerada uma lei de amnésia dos atos cometidos durante a ditadura militar, concluindo que “O Brasil precisa conhecer seu passado para enfrentar o futuro. A nação tem direito à memória. É um equívoco impor esquecimento, reduzir anistia a amnésia.”( *Jornal do Brasil – Opinião – 24/12/08; O Estado de S. Paulo – Editorial – 24/11/08*)

### 3- Forças Armadas serão responsáveis por segurança de autoridades internacionais

Segundo os jornais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo* e o *Jornal do Brasil*, as Forças Armadas foram convocadas para reforçar a segurança na cidade do Rio de Janeiro durante a visita do presidente russo Dimitri Medvedev e da rainha da Suécia, Silvia Renata de Toledo Sommerlath. Cerca de dois mil militares estão escalados para cumprir a tarefa de segurança em aeroportos, hotéis e em quaisquer outras localidades onde as autoridades passarem, incluindo as principais vias da cidade.(*Folha de S. Paulo – Mundo –24/11/08; Jornal do Brasil – Cidade – 24/12/08; O Estado de S. Paulo – Internacional – 24/11/08*).

#### 4- Governo brasileiro compra helicópteros da Rússia

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, no dia 26/11/08 o Brasil anunciou a compra de 12 helicópteros russos de ataque e transporte de tropas Mi-35M para a Força Aérea Brasileira. A negociação que durava aproximadamente dois anos foi fechada no último dia da visita do presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, ao país. O acordo estimado em 250 milhões de dólares prevê ainda o fornecimento de peças para as aeronaves. Segundo o *Estado de S. Paulo*, a aeronave russa foi escolhida principalmente por ter sido testada em 22 diferentes conflitos no mundo, entre 1977 e 2008, e pela garantia da pronta entrega. O modelo Mi-35M é atualmente utilizado pelas Forças Armadas de 34 países, entre eles Venezuela, Peru, Cuba e Nicarágua. Prevê-se que as três primeiras aeronaves cheguem ao Brasil em agosto de 2009. De acordo com o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, os Mi-35M serão empregados “fundamentalmente na Amazônia”. Durante a visita do presidente russo também foram fechados acordos sobre isenção de vistos de curta duração para turistas brasileiros e russos e na área de cooperação entre as Agências Espaciais brasileira e russa, com o objetivo de desenvolverem o Sistema Global de Navegação por Satélite russo, o Glonass, que pretende ser uma alternativa ao GPS, controlado pelos Estados Unidos. (Folha de S. Paulo – Mundo – 24/08/11; Jornal do Brasil – Internacional – 25/11/08; Jornal do Brasil – Internacional – 26/11/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 27/11/08; Jornal do Brasil – Internacional – 27/11/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/11/08).

#### 5- Conflitos no Araguaia voltam a ser debatidos

Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado que em 1982 moveu um processo requerendo informações acerca da Guerrilha do Araguaia, solicitou na Justiça o recolhimento de documentos conseguidos pelo Estado que tratem sobre o acontecimento, como publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*. A polêmica concernente à questão surgiu após a afirmação de Greenhalgh de que o entrave no repasse de informações ocorre devido a questões políticas que envolvem o deputado José Genuíno, apesar de jornalistas que tiveram acesso às informações negarem qualquer tipo de dados que possa lesar o deputado. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/12/08).

#### 6- Plano estratégico deve favorecer reaparelhamento das Forças Armadas e aumento da exportação da indústria nacional

Como divulgado no jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, apresentou a parlamentares questões referentes ao Plano Estratégico de Defesa que deverá ser entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 08/12/08, após dois adiamentos consecutivos, os quais, segundo Mangabeira Unger, teriam ocorrido por divergências com militares sobre as disposições do Plano, disse *O Estado*. Dentre os pontos levantados por Jobim ao parlamento, encontram-se a recomposição da frota da Força Aérea e a ampliação da elasticidade e flexibilidade do Exército. Devido às descobertas de petróleo e gás natural na região do pré-sal, o ministro também sugere o aumento dos instrumentos da Marinha. Inicialmente, o orçamento da Defesa seria fixado em 2,5% do PIB, no entanto, essa possibilidade foi abandonada

pelo ministro. Antes, porém, é possível adiantar que o Brasil deve adquirir da França três submarinos convencionais da classe Scórpena. Nicolas Sarkozy, presidente francês, chegará ao Brasil no dia 22/12/08 com informações especiais para o desenvolvimento de peças não-nucleares que farão parte do desenvolvimento do futuro submarino brasileiro de propulsão atômica. A embarcação Scórpena tem capacidade para deslocar 1.700 toneladas e 32 tripulantes. Possui 66,2 metros e alcance de até 12.000 quilômetros. As versões brasileiras desse modelo ganharão formato em estaleiros e no Arsenal da Marinha. Os submarinos fazem parte do projeto brasileiro de reaparelhamento do setor militar, cujo orçamento deverá girar em torno de 10 bilhões de dólares por ano. A indústria de material militar também investirá em aviões, sistemas eletrônicos, fardas, armas, munições, foguetes livres, mísseis, explosivos, propelentes, blindados e navios livres. Esses componentes são fabricados pela empresa Avibrás Aeroespacial, localizada na cidade de São José dos Campos (SP). Leandro Mazzini, em coluna para o *Jornal do Brasil*, afirmou que o Exército terá presença essencial no Plano. A Força será incumbida de reorganizar sua estrutura na Amazônia. Serão adquiridos materiais de comunicação novos, carros e aviões on-line via satélite, que poderão auxiliar os soldados. O Plano de Defesa propõe também parcerias e pretende ganhar presença internacional na área. Os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores produziram um estudo que revela que dos 32 países que compravam armas do Brasil antes da crise de demanda da década de 1990, somente dois não usam esses equipamentos. Como exemplo de que o Plano Nacional de Defesa poderá render bons frutos ao país, o *Estado* cita uma encomenda de 500 milhões de reais feita pela Malásia para a compra de foguetes, ogivas múltiplas e outros instrumentos dos Astros-II. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/11/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/12/08 *Jornal do Brasil* – Tema do Dia – 23/12/08).

#### 7- Militares negam tortura contra índios

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal do Amazonas investiga denúncias de tortura contra índios que teriam sido praticadas por militares brasileiros na fronteira com a Colômbia, no município de São Gabriel da Cachoeira (estado do Amazonas), na terra indígena Alto Rio Negro. O inquérito civil público instaurado no dia 20/10/08 apura denúncias de que um grupo de militares do 3º PEF (Pelotão Especial de Fronteira) torturou 12 jovens indígenas nas dependências do pelotão, em setembro do ano passado. A acusação é da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). O procurador Rodrigo da Costa Lines deu início ao processo de investigação tendo como base os relatos dos índios. No entanto, o Comando Militar da Amazônia, ao qual está subordinado o 3º PEF, negou em nota oficial "atos delituosos" por parte dos militares, e afirmou que está preparando resposta aos questionamentos que já foram feitos pelo procurador do Ministério Público Federal. (*Folha de S. Paulo* – Brasil – 27/11/08).

#### 8- FAB ajuda no socorro às vítimas de temporal em Santa Catarina

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o avião da Força Aérea Brasileira (FAB), o C-105 Amazonas, avião de transporte de tropa e cargas,

vem sendo de extrema importância para o transporte de alimentos e material de limpeza para as pessoas que ficaram desabrigadas após o temporal que assolou o estado de Santa Catarina. Do início do dia 25/11/08 até a tarde do dia 26/11/08 a FAB já havia transportado 42 toneladas de mantimentos para a região afetada do estado. Esses vôos estão sendo chamados de “ponte aérea da solidariedade”. O sargento Welber Porto, um dos mais experientes em missões de ajuda humanitária, comentou que já voou para ajudar vítimas de vários tipos de catástrofe, mas jamais havia visto um quadro tão devastador como o que viu pela janela do Amazonas quando aterrissou pela primeira vez em Navegantes. “Parecia que o aeroporto era o único pedaço de terra seca que existia lá embaixo”, declarou o sargento. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 27/11/08).

#### 9- Centro de Lançamento da Agência Espacial Brasileira pode ser transferido de Alcântara

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que a Agência Espacial Brasileira (AEB) poderá mudar a localização de seu Centro de Lançamento (CL), atualmente instalado em Alcântara, estado do Maranhão. Segundo o presidente da AEB, Carlos Ganem, existem empecilhos para o projeto de ampliação do CL, visto que as obras de expansão previam a ocupação de uma área quilombola na região. Em setembro de 2008, a AEB e a empresa de cooperação tecnológica entre Brasil e Ucrânia, a Alcântara Cyclone Space (ACS), foram impedidas pela Justiça Federal do Maranhão de continuar a construção de sítios de lançamento nos territórios onde vivem as comunidades quilombolas de Mamuna e Baracatatuia, o que levou as duas agências a anunciarem a desistência do projeto. O presidente da AEB afirmou que a cidade de Macapá, no estado do Amapá, possui local com condições favoráveis de lançamento, mas não deu detalhes sobre a possível construção de um novo centro de lançamento na região. Por enquanto, as obras de construção de uma Torre Móvel de Integração e de um conjunto técnico de infra-estrutura para lançamento do veículo lançador de satélite transcorrem normalmente em Alcântara, com previsão para serem concluídas em 2010. (O Estado de S. Paulo – Vida & - 28/11/08).

#### 10- Equador mantém compra de Super Tucanos após crise diplomática

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o vice-ministro da Defesa do Equador, Miguel Carvajal, declarou que a compra dos 24 aviões Super Tucano fabricados pela empresa brasileira Embraer não será afetada pela crise diplomática entre Brasil e Equador instalada após o Estado equatoriano acusar a empreiteira brasileira Norberto Odebrecht de corrupção e reclamar dos juros de créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção de uma hidrelétrica no país. Embora inicialmente o governo equatoriano tenha ameaçado trocar o fornecedor para as aeronaves de treinamento militar, Carvajal esclareceu que a primeira parcela da compra já foi paga à Embraer, e o segundo pagamento ocorrerá em setembro de 2009, quando a empresa entregar os dois primeiros Super Tucano. No entanto, o presidente equatoriano, Rafael Correa, prossegue com as acusações contra a Construtora Odebrecht, além de classificar de “desproporcional e fora de lugar”

a decisão brasileira de convocar seu embaixador em Quito para consultas sobre o episódio. (Jornal do Brasil – Economia – 28/11/08).

**SITES DE REFERÊNCIA:**

**Folha de S.Paulo –[www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)**

**Jornal do Brasil –[www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)**

**O Estado de S.Paulo –[www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)**

\*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

**\*\*\*Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Diego Barbosa Ceará (Redator, graduando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).